

Robson José de **Oliveira**
Organizador

EXTENSÃO RURAL EM FOCO

Apoio à Agricultura Familiar,
Empreendedorismo
e Inovação
- Volume 2

1ª Edição

2020



editora científica

UM ENSAIO SOBRE OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DO DENDÊ NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Auristela Correa
Castro
UFPA

Aquiles Vasconcelos
Simões
UFPA

André Cutrim
Carvalho
UFPA

Ana Cláudia de
Sousa Araújo
UFPA

Alana Paula de
Araújo Aires
UFPA

RESUMO

O papel designado a Amazônia tem ocasionado inúmeros impactos sobre os seus recursos ambientais. Deste modo, este ensaio tem por objetivo analisar os impactos da expansão da monocultura do dendê na Região do Baixo Tocantins na Amazônia Paraense, buscando verificar quais os mecanismos que possibilitaram tal expansão e ver de que forma a vida das populações vem sendo transformadas, além de entender a ação das políticas públicas no processo de expropriação da riqueza nesses locais. Para dar conta da pesquisa, será utilizado a pesquisa de caráter qualitativo, além do estudo bibliográfico. O estudo possibilitou verificar que a dendeicultura vem trazendo inúmeros impactos para a região, além de degradação e ameaça a vida dos habitantes dessas áreas.

Palavras-chave: Dendê; Desterritorialização; Baixo Tocantins; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A região do Baixo Tocantins é constituída por 11 (onze) municípios à saber: Abaetetuba, Moju, Cametá, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, os quais são banhados pelos rios Tocantins, Pará e Cametá, sendo esta uma das diversas sub-regiões da Amazônia, a qual segundo o IBGE¹ (2017) constitui um território que possui em torno de 36.024,20 Km², composto por aproximadamente 739.881 habitantes, sendo que, destes 52,79% vivem na área rural, onde residem pescadores, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas.

Como as demais áreas predominantes na Amazônia, a vida nessa região está mais diretamente vinculada ao rio e ao estuário, neste caso, ao Rio Tocantins provedor das necessidades dos amazônidas que habitam nesse território, embora existam moradores cuja atividade está mais vinculada a terra firme, (ALMEIDA, 2010).

O papel designado a Amazônia ao longo do seu processo histórico, tem ocasionado inúmeros impactos sobre os seus recursos ambientais, bem como, o desaparecimento de espécies animais e vegetais, queimadas, desmatamentos, açoreamento dos rios, envenenamento das suas águas, além de degradação e ameaça a vida dos habitantes dessas áreas, já que, precisam dos recursos para sobreviver. Vale enfatizar que essa área, assim como as demais áreas da Amazônia, também é palco de diversos conflitos, cujas lutas se dão principalmente pelas disputas por recurso naturais, (ALMEIDA, 2010).

Nesse cenário complexo, a Região do Baixo Tocantins, também tem vivenciado ao longo do seu processo histórico impactos causados pelos megaprojetos governamentais eivados do discurso do “progresso e desenvolvimento” local, sob essa fantasia e submetidos a ideia de integração nacional, esses projetos foram instalados sem levar em consideração a vida dos povos que aqui habitavam, seus saberes, seus patrimônios materiais e imateriais, seu modo de ver o mundo, sua cultura e principalmente seu território, (ALMEIDA, 2010; SOUZA, 2011).

Deste modo, emerge uma nova problemática, configurando e acirrando novas formas de conflitos agrários na região, as quais são provenientes da instalação da monocultura exótica do dendê (*elaeis guineenses*), cujo resultado vem interferindo diretamente na vida dessas populações, (SOUZA, 2011, p. 08).

A chegada do dendê se deu de forma mais intensa a partir dos anos 90, conforme assevera Souza (2011, p. 08), trazendo consigo além das redes sociais de cooperação e desenvolvimento, uma série de mazelas para a população local, causando elevados “custos socioambientais”, acarretando “crescente concentração da terra pelo complexo agroindustrial de óleo de palma, sustentado por novas alianças realizadas entre organizações transnacionais”, o capital agrário e o capital financeiro.

Assim, esse território vem sendo alterado pela expansão da fronteira do capitalismo global, deixando as sociedades tradicionais desprovidas do seu direito e acesso a terra e sob a permissibilidade do Estado, cujas ações favorecem o “grande capital”.

Diante disso, para dar conta de tal pesquisa, este ensaio tem por objetivo geral fazer uma análise sobre os impactos da monocultura do dendê sobre o território e a vida das sociedades tradicionais² da Região do Baixo Tocantins, buscando verificar quais os mecanismos que possibilitaram a expansão dessa monocultura na região? Buscar entender de que forma a vida das populações vem sofrendo mutações decorrentes no processo de disputa pelo território? E concomitante a isso, perceber como as políticas públicas vem contribuindo no processo de expropriação da riqueza nesses locais?

Conforme o exposto acima, em virtude deste estudo ser realizado no campo das ciências sociais, tal análise requer uma base teórica de cunho interdisciplinar, posto que, perpassa pelo âmbito da antropologia, geografia, agronomia, história e economia e terá como método de filiação filosófica o materialismo histórico, sendo que, utilizará como procedimentos para confrontação da realidade observada com a teoria utilizada, diversas ferramentas pertinentes ao campo das ciências sociais, as quais constituem etapas inerentes a um processo de pesquisa.

Assim, este trabalho está organizado em quatro partes, tendo como ponto de partida a introdução, na qual é feita a abordagem inicial sobre o tema, na seção dois são tratados os aspectos conceitu-

² “Sociedades tradicionais” [...] nos referimos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. [...] Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas, (MMA, 2000, p. 22).

¹ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ais, na seção três são apresentados os aspectos metodológicos, na seção quatro são demonstrados argumentos acerca das teorias apresentadas, e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção visa mostrar o referencial teórico sobre a expansão do dendê no território do Baixo Tocantins, visto que, para entender a dinâmica dos conflitos que ocorrem nesse âmbito, se faz necessário, um estudo de como essa expansão se deu, assim como o nível de degradação provocada pela implementação dessa monocultura.

Faroldi, Cremones e Estevam (2014), ao realizarem um estudo sobre a cultura do dendê, verificaram que essa oleaginosa apresenta viabilidade econômica por ser utilizada para produzir biodiesel, o qual após pesquisas diversas se enquadrava para consumo no mercado internacional, além de possuir potencial produtivo alto e custo de produção baixo, quando comparado as demais plantas da sua espécie, sendo por esse motivo, considerada a cultura que em tempos futuros irá prover o mercado mundial de biodiesel.

Segundo Silva (2015, p. 01), o dendê caracteriza-se por ser uma palmeira exótica originária da África, cujo tempo de vida dura por volta de 25 a 30 anos, além disso, necessita de muita água para se desenvolver, ainda que seja facilmente adaptável em solos profundos.

Prosseguindo os estudos sobre essa palma, Ferreira et al. (2016, p. 174), afirmam que “a monocultura do dendê” ganhou status de política de estado através do “Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo” atrelada ao Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil.

Deste modo, levando-se em consideração as características do dendê e o discurso do Governo Federal de promover o desenvolvimento social, econômico e o equilíbrio ambiental, foi elaborado o “Plano Territorial de Desenvolvimento para a área do Baixo Tocantins”, a partir da dimensão ambiental, dimensão sociocultural educacional, dimensão socioeconômica e a dimensão político-institucional, cujos objetivos imediatos eram evitar possíveis equívocos e possibilitar melhores interações entre os diversos atores presentes nesse locus (BRASIL, SDT, MDA, 2012-2014).

De acordo com relatório do seminário intitulado “Megaprojetos de infraestrutura impactos e riscos socioambientais para a agricultura familiar no Baixo Tocantins”, o fator que contribuiu para a instalação desses megaprojetos foi a questão logística, valora-

da pela melhoria da infraestrutura, visto que a funcionalidade deste tipo de empreendimento requer o funcionamento de uma rede de serviços, além disso, o documento considera que esses projetos vem respaldados pelo “discurso da dominação”, utilizado pelas empresas e pelo gestor público ao afirmar que estes projetos trarão “progresso e desenvolvimento para a Amazônia, [...] os quais na verdade se constituem em instrumento de dominação política e ideológica” (IAN; IEB, 2016 p. 02, 03).

Essa afirmação pode ser ratificada nas palavras de Souza (2015, p. 07), conforme mostrado abaixo:

[...] o avanço da grande empresa agropecuária com a monocultura do dendê e do co-co-da-baía tem provocado desestruturação da agricultura familiar nos municípios sedes desses empreendimentos econômicos e êxodo rural (PROGRAMA..., 2011). Esse fato assume relevância em uma região com indicadores sociais e de renda tão desfavoráveis e com problemas de segurança alimentar.

Ou seja, os estudos confirmam os danos que essa monocultura vem implementando no local, agravando problemáticas que se fazem presentes secularmente no espaço amazônica.

Dando seguimento as pesquisas sobre a palma de óleo no Baixo Tocantins, Ferreira (2016, p.17, 24), constatou que o agricultor familiar, tornou-se uma espécie de “trabalhador terceirizado” das empresas dendeicultoras, consubstanciando-se uma nova dinâmica das relações do trabalhador rural com a terra, onde as empresas contratam esse trabalhador rural, de modo que, as consequências dessas relações resultam em “concentração do uso da terra pelo complexo agroindustrial, [...] expropriação e depredação dos ecossistemas” locais.

Nessa perspectiva, Ferreira (2016); Ribeiro e Naum (2014), chamam a atenção para o fato dessas ações estarem respaldadas pela gestão pública, já que, através do Plano Nacional de Agroenergia, do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (2005); do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010) e a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, implementaram sob o discurso do “ecologicamente correto”, ações para o favorecimento da expansão do dendê na região, em detrimento da agricultura familiar, cuja expansão embalada pelo velho discurso desenvolvimentista não sofre nenhuma resistência para instaurar-se.

Outro aspecto pontuado por Ribeiro e Naum (2014), é o fato da gestão pública atuar não apenas através de implementação de políticas públicas vinculadas

ao projeto, mais de ser um dos entes que atuam para beneficiar-se do processo produtivo, já que, é um dos compradores da produção, ou seja, o próprio gestor público, além de atuar como facilitador, mediador, também se autobeneficia, na condição de empreendedor, configurando-se em uma estrutura de mercado com características de monopólio³, por ser o único comprador, a Petrobras, este fator agrava a situação do trabalhador familiar, esse agravante, se acentua ainda mais quando se estabelece a parceria através de instrumentos contratuais realizados com agricultores familiares que residem nos arredores da empresa. Engendrou-se desse modo, a expectativa de consolidação de uma “nova dinâmica de produção sustentável, com o apoio de políticas direcionadas à agricultura familiar no Estado do Pará”, (FERREIRA, SANTANA, RAVENA, OLIVEIRA, 2016, p. 174).

Dessa forma, consoante acentua Cardoso e Muller (2008, p. 01), sob a égide do Estado criam-se condições para que o capital na Amazônia se configure em “nada mais do que uma relação social, de expansão do capitalismo [...], refletindo” a forma concreta que aquela relação social assume”, o que demonstra que “a Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado”.

Conforme demonstrado acima, torna-se evidente que inúmeros conflitos se desenvolvem neste espaço tão complexo e dinâmico, um deles, no entanto, se faz premente, a discussão que abarca a territorialização⁴ e a desterritorialização⁵, as quais estão vinculadas ao lugar e ao global, pois como afirma Escobar (2005, p. 13) “está claro que os lugares estão sendo progressivamente submetidos às operações do capital global, de modo ainda mais acentuado na era do neoliberalismo e da degradação do estado-nação”, cuja globalização atua em âmbito transnacional atravessando fronteiras globais, criando assim um território global.

³ Monopólio: Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria (em geral, matéria-prima ou produto primário). Nesse caso, mesmo quando vários produtores fortes oferecem o produto, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador. O monopólio puro é muito raro e costuma ocorrer principalmente com empresas estatais que garantem a compra de determinados produtos estratégicos, como o petróleo (SANDRONI, 1999, p. 410).

⁴ Territorialização: vincula-se ao conceito de território e na concepção contemporânea significa, territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos), [...]. (HAESBAERT, 2004, p.89).

2.1 TERRITÓRIO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

De acordo com o que foi supracitado, a monocultura do dendê vem acarretando inúmeras mudanças sobre o território da Região do Baixo Tocantina, desta forma, visando um melhor entendimento sobre essa temática, serão apresentados a seguir alguns conceitos que permeiam por tal discussão.

Em relação a abordagem sobre o território, Haesbaert (2007, p.47-56), considera-o, a partir de diversas dimensões, assim, em uma concepção materialista e em uma relação território e natureza, o território caracteriza-se como “fonte provedora de recursos”, ou seja, está vinculado à natureza, ao espaço, à terra; já em uma dimensão do território através da perspectiva idealista, o território é entendido a partir de um significado simbólico, da noção de pertencimento, o que remete ao vínculo das sociedades tradicionais e a vida no espaço; no sentido absoluto e relacional, o território “incorpora as relações neles existentes [...] por isso inclui o movimento, a fluidez, as conexões”. Entende-se que o território do Baixo Tocantins ocupado pela dendicultura integra todas essas dimensões conceituais do território abordadas na perspectiva de Haesbaert.

Prosseguindo a análise do avanço do dendê sobre o território dos povos tradicionais na Região do Baixo Tocantins e as consequências decorrente desta invasão, surge um outro conceito que se faz premente apresentar sob o ponto de vista de Haesbaert (2007, p. 57), tal conceito refere-se a desterritorialização, a partir do olhar do “território e da rede”, o qual “propõe a emergência de uma sociedade em rede, que contrapondo, a um espaço dos lugares, contribui para o surgimento de uma dicotomia, opondo o mundo dos territórios, ao domínio das redes”.

Isto ocorre porque emergem novas relações nesse lugar, dessa forma, em uma das diversas versões,

⁵ Desterritorialização: Dentre as diferentes versões sobre desterritorialização pode-se apresentar: a desterritorialização como domínio das redes, onde “a mobilidade proporcionada pela hegemonia das redes suplantaria a ordem mais estável no mundo territorial”; a desterritorialização como perda de referenciais concretos, sob o domínio das relações imateriais, desse modo o território é percebido como “fundamento material/espacial da sociedade”, de modo a se confundir com “espaço geográfico”; a “Desterritorialização como perda de poder em termos de controle de processos sociais através do espaço”, aqui o “Estado perde seu papel de regulador, isso levaria a uma crescente desterritorialização”; e pôr fim a “Desterritorialização como fruto da crescente homogeneização”, ocorre com a “globalização e fragmentação, homogeneização e heterogeneização, assim como condições culturais mundiais e locais” (HAESBAERT, 2007, p.66).

a desterritorialização é entendida como “domínio das redes, do fluxo, da mobilidade”, as quais não podem dissociar-se do território; ainda que em outra conceituação seja considerada como “perda de referenciais espaciais, concretas, sob o domínio das relações imateriais”, (HAESBAERT 2007, p. 59).

Outro entendimento que tal autor tem sobre a desterritorialização, designa vê-lo como “fruto da crescente homogeneização cultural do planeta. Nesse contexto, o território é valorizado na sua dimensão cultural, identitária, vinculado a diferenciação e diversidade cultural”, (HAESBAERT, 2007, p. 59). Assim, verifica-se que o conceito de desterritorialização é um dos conceitos que vem servir de base para o estudo do objeto desta pesquisa, ou seja, o dendê.

Diante do exposto, ressalta-se que a Região do Baixo Tocantins na perspectiva de Souza (2015, p. 07), caracteriza-se por ser o território dos projetos agroindustriais implementados pelo avanço da monocultura do dendê (biodiesel) e do coco-da-baía, com sistemas de integração da agricultura familiar, concentração de terras, elevado nível de desmatamento e conflitos socioambientais.

Nesse contexto, a pergunta que surge desse cenário, é de que forma as populações atingidas pela expansão do dendê podem lutar pelo seu território, provendo a garantia dos seus direitos, visto que, o ente legalmente instituído para assegurar tais direitos, não está buscando mecanismos para prover a qualidade de vida desses povos, ao contrário, está atrelada as forças produtivas que oprimem essas populações?

Vale ressaltar que outra questão que também eclode desses embates, é agravamento dos conflitos na luta por interesses divergente e pela garantias direitos dos grupos presentes nessas áreas, os quais exigem da gestão pública um posicionamento mais comprometido, efetivo e pautado na busca da justiça social para essas comunidades.

Diante disso, é importante frisar que a busca no entendimento dessas questões através de uma análise interdisciplinar do território, sob a égide do dendê, corresponde a força motriz norteadora do desenlace desta pesquisa.

2.2 PARA PENSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS

A política pública emerge como ferramenta governamental com o welfare state, prevalecendo até hoje, para entendê-la no cenário do dendê se faz necessário inicialmente uma abordagem conceitual dessa ferramenta.

Assim, Bonini (1998, p. 954-955) define política pú-

blica a partir da origem da palavra, a qual é proveniente do grego *politikós*, onde polis, significa tudo o que se refere a cidade, isso tomando por base o conceito inicial, cujo percussor foi Aristóteles que escreveu um tratado sobre esse tema, considerando-a como “arte, ou ainda, como ciência do governo”, assim, abordando-a sob diversos aspectos.

Porém, Rodrigues (2010), induz que o conceito de política está vinculado ao conceito de poder, o qual pressupõe a aptidão do ser humano de influenciar a conduta do outro ser humano, submetendo-o a sua própria vontade, além disso, pontua que na década de 1950, nos Estados Unidos a “ciência da política pública” foi abordada inicialmente por Harold Laskwell e David Lerner, os quais possuem diversos estudos sobre o assunto.

Prosseguindo, Teixeira (2002) pontua que políticas públicas servem para nortear os atos do ente público, mediante esboços antecipadamente deliberados e estabelecidos por regras de interação entre poder público e coletividade, mediadas por múltiplos atores, representando interesses estatais e da sociedade civil, já Amabile (2012, p.390), considera políticas públicas como:

Decisões que envolvem questões de ordem política com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade.

Esta acepção, além de estabelecer um conceito para as políticas públicas, possibilita uma reflexão sobre o nível de responsabilidade do gestor público ao realizá-la, enquanto ente promotor do bem-estar da sociedade, através de ações próprias, pois é mediante tais ações que concretiza o que planejou, vale acrescentar que as políticas públicas somente podem acontecer através da atuação de atores formais e informais visando a um determinado objetivo comum.

3. DISCUSSÕES ACERCA DO MÉTODO E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE

Esta seção visa discorrer brevemente sobre a evolução da epistemologia, visto que a necessidade da validação de uma pesquisa científica requer do

pesquisador uma vinculação filosófica para embasamento das “bases lógicas a serem seguidas no processo de construção de uma pesquisa.

Ressalta-se que a evolução epistemológica está diretamente ligada ao contexto histórico da humanidade em que se assenta, assim, segundo Sandroni (1999, p. 385) “os antigos gregos, [...] foram os primeiros a se preocupar com “o problema”, distinguindo a mera opinião (*dóxa*)⁶ da verdadeira ciência (*epistéme*)⁷”, desse modo, Platão construiu a dialética⁸, o método do mundo das ideias e Aristóteles a lógica, cujo “objetivo era ser um instrumento (*órganon*)⁹, seguro e preciso”.

Após a antiguidade, e o contexto histórico de transição da Idade Média para Modernidade, o conhecimento assume o perfil de ciência partimentalizada de acordo com a natureza do objeto de estudo, filiada ao novo cenário vigente da acumulação primitiva do capital, passando a ser chamada de “ciência normal”¹⁰, eivada por seus paradigmas, a qual apenas sofre transformações quando ocorrem as denominadas “revoluções científicas”, provocadas pelo surgimento de anomalias, cuja “ciência normal” não mais consegue responder, Kuhn, (2006, p. 20-25).

Deste modo, o percurso transcrito pela ciência positiva até a abordagem interdisciplinar, perpassou por diversas crises e revoluções científicas denominadas de quebra de um paradigma, a qual não nunca ocorre de forma pacífica, além de se constituir em um processo doloroso, ainda ocorre através a re-

novação dos instrumentos científicos, (KUNH, 2006).

Diante disso, verifica-se que tais embates demonstram que “o fazer ciência” pautada em um cunho epistemológico, requer além de acuidade do pesquisador no tratar do objeto de pesquisa, conhecimentos intrínsecos do “fazer ciência em si”, conforme Weber (1019, pg. 11) ao falar sobre “*A ciência como vocação*”, “só tem ‘personalidade’ quem está pura e simplesmente a serviço da causa”, no caso deste trabalho, cujo intuito é mostrar os impactos da monocultura do dendê sobre de vida dos povos tradicionais na Região do Baixo Tocantins, o objeto de pesquisa pressupõe uma análise interdisciplinar, já que perpassa pela antropologia, visto que, os sujeitos são comunidades com saberes específicos, cujo estudo dos territórios, adentra no âmbito da geografia, pois requer uma análise espacial das mutações no espaço, converge para a economia, posto que analisa o capital industrial, o capital agrário, o capital financeiro como agente de transformação, agregado a ciência política e a gestão pública, a qual é a ciência que estuda o Estado enquanto gestor da coisa pública, ou seja, a natureza do objeto estudado demanda uma apreciação interdisciplinar para sua compreensão.

Desse modo, relacionando o pensamento de Kuhn (2006) sobre o surgimento de novos paradigmas, e o pensamento de Gusdorf (1976) no prefácio de Japiassu, verifica-se que a ciência atual padece de uma grande patologia e considera que a proposta interdisciplinar trazida por Japiassu é uma “epistemologia da esperança”, ou uma “nova pedagogia”, da qual a ciência deve utilizar-se para dar conta de problemas a qual a ciência patológica não consegue. Esta crise traz à baila a interdisciplinaridade que Fazenda (1995, p.76) considera um neologismo e analisa sob várias dimensões atribuindo o conceito de “negação do disciplinar”, assim, é importante enfatizar que em um contexto de conflitos sociais, onde interagem forças divergentes e diferentes atores lutam por interesses contraditórios, desta forma, entende-se que a melhor abordagem a ser realizada nesta pesquisa é a de caráter interdisciplinar.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA: AS SETE ETAPAS DA PESQUISA.

A filiação filosófica pressupõe o embate entre a “teoria pensada e a realidade concreta”, desse modo, para que uma pesquisa seja validada, cada teoria exige o uso de procedimentos inerentes a especificidade dessa teoria, (CARVALHO, 2013). Assim, Quivy e Campenhoudt, (2005, p.5), ao apresentarem o embasamento para a confrontação dos dados de observação, apontam sete etapas do procedimento a saber: “Etapa 1 - a pergunta de partida; Etapa 2 -

⁶ Doxa (opinião): Para melhor compreensão ver Dicionário de Filosofia, 1971.

⁷ Episteme: O termo grego episteme, que significa ciência, por oposição a doxa (opinião) e a techné (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o “espaço” historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não-científico), JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3ª ed., Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

⁸ Dialética: Esse termo, que deriva de diálogo [...] é possível distinguir quatro significados fundamentais: 1a D. como método da divisão; 2a D. como lógica do provável; 3a D. como lógica; 4a D. como síntese dos postos. Esses quatro conceitos têm origem nas quatro doutrinas que mais influenciaram a história desse termo, mais precisamente a doutrina platônica, a aristotélica, a estoica e a hegeliana, ABAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia, 2007.

⁹ Organon: (lat. Organum). Esse foi o título dado pelos fomentadores gregos ao conjunto das obras lógicas de Aristóteles: Categorias, Sobre a interpretação, Analíticos primeiros (dois livros), Analíticos segundos (dois livros); Tópicos (oito livros) e Refutações sofísticas, ABAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia, 2007, p. 745.

¹⁰ Ciência normal: Pesquisa realizada em uma ou mais realizações científicas (Kuhn, 2006, p. 28).

exploração, as leituras, as entrevistas exploratórias; Etapa 3 - a problemática; Etapa 4 - A construção do modelo de análise; Etapa 5 - A observação; Etapa 6 - Análise das informações; e pôr fim a etapa. Etapa 7 - As conclusões". As quais são brevemente apresentadas a seguir:

Na fase referente a “primeira etapa”, a pergunta de partida necessita ser constituída por,

[...] qualidades de clareza (ser precisa; ser concisa e unívoca); qualidades de exequibilidade (ser realista); qualidades de pertinência (ser uma verdadeira pergunta, abordar o estudo que existe, basear o estudo da mudança do funcionamento, ter uma intensão de compreensão dos fenômenos estudados) [...] (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p.44).

Além disso, possibilita ao “investigador iniciar a ruptura com os preconceitos e a transparência” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p.44).

Quanto a “etapa dois”, que trata “A exploração”, deve ocorrer mediante as leituras que “visam assegurar a qualidade da problematização [...]”, pois permite [...] ultrapassar as interpretações que contribuem para reproduzir a ordem das coisas”, sendo que nesse processo de organização das leituras devem ser estabelecidos “os critérios de escolha” da leitura, assim como a “escolha da leitura” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p.48).

A “etapa três” aborda “A problemática” e significa “a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenômenos estudados. Constitui uma etapa-charneira da investigação, entre a ruptura e a construção”, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p.89).

A “construção do modelo de análise”, ocorre na “etapa quatro” que “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado e o seu, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso por outro”, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p.110).

Após a etapa de “construção do modelo de análise” vem a etapa de “observação”, ou seja a “etapa cinco”, a qual “engloba o conjunto de operações através das quais o modelo de análise (construído por hipótese e por conceito) é submetido ao teste dos fatos e confrontados com dados observáveis”, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p. 155).

No que tange, a “etapa seis, ou seja a etapa de Análise das informações”, se fazem presentes “a preparação dos dados (descrever e agregar), a aná-

lise das relações entre as variáveis, a comparação dos resultados observados com os resultados e a interpretação das diferenças”. Ou seja, é nesta fase que “verifica se as informações recolhidas correspondem de fato as hipóteses”, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p. 264).

O ciclo se fecha na “etapa sete” onde ocorrem “as conclusões”, a qual “em um trabalho de investigação social compreenderá geralmente três partes: primeiro uma retrospectiva das grandes linhas de procedimento que foi seguido; depois, uma apresentação pormenorizada dos contributos para o conhecimento originados pelo trabalho e finalmente considerações de ordem prática”, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p. 274).

Quivy e Campenhoudt, (2005, p.) ressaltam que em uma pesquisa a escolha de método implica sempre em risco, já que está intrincado a especificidade do tema escolhido, deste modo, no cumprimento de todas as etapas estabelecidas para a efetivação da pesquisa, a etapa que vai permitir a confrontação das informações será a etapa da observação, a qual deverá ocorrer mediante as entrevistas exploratórias que devem ser efetuadas com o menor número possível de perguntas, as quais devem ser de forma mais abertas possíveis, não se deve intervir no conteúdo da entrevista, o ambiente deve ser propício, e caso haja possibilidade deve ser gravada.

No “trabalho de observação é preciso responder a três perguntas seguintes: observar o quê?; em quem?; como?”, além disso, os dados obtidos com a observação serão tratados mediante procedimentos complementares como a estatística que permite “como instrumento quantitativo comparar as respostas globais de diferentes categorias e sociais e analisar as correlações entre variáveis”.

Para finalizar, vale ressaltar que entrevistas exploratórias, as quais são as quais correspondem aos procedimentos de pesquisa a serem adotados neste trabalho, não tem o objetivo de refutação de ideias como no método dedutivo, porém espreiar novas reflexões sobre o assunto a ser pesquisado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente os conflitos agrários sempre estiveram presentes na realidade amazônica, as formas como estes conflitos se desenvolvem são consequências das ações de governo que nunca levaram em consideração os direitos dos povos aqui existentes, além da configuração da Amazônia no contexto internacional de periferia e fornecedora de recursos extrativistas.

Sabe-se que o momento primevo de extorsão e sa-

queamento da Amazônia se deu com a chegada dos colonizadores portugueses, respaldados pela ideologia dominante de trazer cultura a um povo “selvagem” e portanto, “aculturado”, nestes termos, a ocupação da região, ocorreu em forma de ciclos, e da subjugação dos grupos que aqui habitavam, extorquindo e exaurindo secularmente suas riquezas e conseqüentemente promovendo o agravamento da pobreza.

Posteriormente, eivados do discurso do desenvolvimento de uma região cujo “desenvolvimento tardio” (FURTADO, 1964), implementaram-se “megaprojetos”, instaurados sob a tirania das decisões do Estado, sem considerar a realidade dos povos amazônicos, tangenciados pela errônea visão de uma região não habitada, assim, a Amazônia tem sido dizimada sem que tenham sido realizados estudos de impactos ambientais sobre seu espaço socioambiental e sua biodiversidade. Nesse ínterim, tais fatores tem sido preponderantes para a Amazônia que tenha sido perenemente palco de profundos e inúmeros conflitos.

A partir desse prisma, no contexto da globalização, camuflada no discurso de energia limpa e “ecologicamente correto”, a dendeicultura vem provocando efeitos desastrosos sobre a vida dos trabalhadores rurais na Região do Baixo Tocantins, sob a tutela do Estado, deixando a mercê da sorte as famílias que antes da chegada desses conglomerados agroindustriais, tinham sua vida estruturada na agricultura familiar.

Evidente que os impactos existem, desta forma, entendê-los e buscar formas de minimizar os conflitos deles decorrentes, é um papel pertinente a academia, posto que apenas desse modo, poderá atribuir credibilidade científica a lutas e as resistências dos afetados a por esses empreendimentos de âmbito global.

Diante disso, as demandas e os enfoques abordados neste ensaio, denotam um campo aberto a investigação, no entanto, dado a complexidade do tema, um estudo acadêmico para sua validação deve ser pautado em uma epistemologia do saber, para isso, se faz necessário um aprofundamento a referida temática, dado a relevância acadêmica da questão.

REFERÊNCIAS

ABAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Unione Tipografico - Editrice Torinese – UTET, Turim, 1971. Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 5ª ed., São Paulo, 2007.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. In: Dicionário de Políticas Pú-

blicas. Universidade do Estado de Minas Gerais – Campos Belo Horizonte – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves” – Edurmg – Barcarena, 2012, pg. 390.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.; VARRIALE, C. (trad.) et al.; FERREIRA, J. (coord. trad.); CACAIS, L. G. P. (rev. geral). Dicionário de política I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, Território da Cidadania Baixo Tocantins. Sociedade de Meio Ambiente Educação e Cidadania, Belém-PA, 2011-2014.

CARDOSO, Fernando Henrique, MÜLLER, Geraldo. Amazônia Expansão do Capitalismo. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: www.centroedelstein.org.br. Acesso: 14.05.2017.

CARVALHO, A. C. A Metamorfose do Sistema Capitalista e as Leis do Movimento do Capital. Cadernos CEPEC. Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia. V. 2 N. 7 Julho de 2013.

CUIMAR, Raimunda Martins. Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia paraense e suas relações com a monocultura do dendê. Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Educação – Mestrado do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2013.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Zahar, (s./d.).

ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86. Disponível: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso: 15.05.2017.

FERREIRA, V. A. As influências socioeconô-

micas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. In: Desenvolvimento. Meio Ambiente, v. 39, p. 173-188, dezembro, 2016.

FEROLDI, M.; CREMONEZ, P. A.; ESTEVAM, A. Dendê: do cultivo da palma à produção de biodiesel. Revista Monografias Ambientais - REMOA v.13, n.5, dez. 2014, p.3800-3808 Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria e-ISSN 2236 1308 - DOI:10.5902/2236130814674.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1964.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. Atlas: São Paulo, 2010.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, abr. 2005.

GUSDORF, G. Prefácio. JAPIASSU, H. F. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro. Imago, 1976.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. pp. 15-46.

_____. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 35-98.

FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 2ª ed. Campinas:

Papirus, 1995.

_____. A Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro. São Paulo: Loyola, 2002.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3ª ed., Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

JAPIASSU, H. F. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro. Imago, 1976.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. B. Boeira e N. Boeira In: Coleção Debates, Ed. 5ª, Perspectiva, São Paulo, Brasil, 1962, 1970.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAGALHÃES, S. B; SIMÕES, Aquiles, PIRAUX, M.; SANTOS, C. V. dos; FRANCINEI, B. T.; LIMA JÚNIOR, N, A. de; MARTINS, Paulo Fernando da Silva; LIMA JÚNIOR, Nivaldo Almeida de. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. VI Encontro Nacional da ANPPAS 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - Pará - Brasil.

MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB - Núcleo De Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. DIEGUES, A. C. (ORG). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. Universidade de São Paulo, São Paulo, fevereiro de 2000.

RIBEIRO, Mílvio da Silva; NAHUM, João Santos. Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato no município de Baião (PA). Boletim Amazônico de Geografia (ISSN: 2358-040 - on line), Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014.

ROCHA, M. A. M. da. Sobre a “Dominância Financeira” no estudo do capital financeiro: questões sobre a articulação Centro-Periferia. Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Sobre_a_Dominancia_Financeira_no_estudo_do_capital_financeiro-questoes_sobre_a_articulacao_Centro-Periferia.pdf. Acesso: 14.05.2017.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van.

Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, Lisboa, 2005.

em 06/04/2017.

RODRIGUES, Maria Assumpção. Política Pública. São Paulo: Publifolha, Folha Especial. 2013.

SABADIN, Mauricio de Souza. Sobre o conceito de capital financeiro. *Temporais*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10935/8388>. Acesso: 14.05.2017.

SILVA, Edfranklin Moreira da; ALVES; Livia Navegantes. A ocupação do espaço pela dendecultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental, *Confins* [Online], 30 | 2017, posto online no dia 20 Fevereiro 2017, consultado em 10 Junho 2017. URL: <http://confins.revues.org/11843>; DOI: 10.4000/confins.11843.

SILVA, Elielson Pereira da. Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUZA, Armando Lírio de. Desenvolvimento territorial rural e a dinâmica da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porto Alegre, 2011.

STALINE, L.V. Sobre o materialismo dialético e o materialismo dialético. (1938). In: Documentos. www.hist-socialismo.net. Tradução do russo e edição (revista) por CN, 1.07.2014. SANDRONI, Paulo (Org.) *Novíssimo dicionário de economia*. Editora Best Seller, São Paulo, SP, 1999.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. UFPA. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>. Acesso em 29.01.2016.

TRINDADE JUNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental: Das novas centralidades à fragmentação do território. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*. v. 13, n. 2/Novembro, 2011.

WEBER, Max. A ciência como vocação. Trad. A. Morão. In: *Lusosofia*. Biblioteca online de Cultura e Filosofia, 1919. Disponível em www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf. Acesso